

# Empresários pensam em 'apelo patético'

Bran - Branif

"Nós, empresários, estamos na iminência de fazer um patético apelo ao presidente da República, no sentido de adiar a construção da Ferrovia Norte-Sul e da Usina Siderúrgica do Maranhão", dando sua "contribuição para reduzir o déficit público". A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, após ter presidido reunião de três horas entre lideranças empresariais e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, durante a qual relataram a "preocupante situação" de cada setor. Os empresários pediram ao ministro a redução do déficit público e a abertura de negociações com os credores externos, para resolver a questão da dívida e dar maior tranquilidade aos empresários para investir. Mas ouviram do ministro que a crise é financeira e não econômica, e que há pessimismo demais.

De acordo com Mário Amato, o ministro ouviu atentamente as explicações dos representantes do comércio, indústria, transportes, agricultura e do setor financeiro, concordando com os empresários quanto à gravidade da situação. Além disso, Bresser ouviu, também, o apelo dos empresários para que o governo efetivamente reduza seu déficit e não inicie qualquer novo empreendimento que não tenha prioridade ou que não tenha relação de custo-benefício social importante, deixando para outra oportunidade as obras menos relevantes.

Reafirmando a opinião do setor empresarial contrária à construção



Bresser Pereira responde às queixas dos empresários

da Ferrovia Norte-Sul e da Usimar, Amato salientou que a análise dos empresários não questiona a necessidade dessas obras, mas enfatiza a inoportunidade de sua execução.

Em relação à dívida externa, que foi tema de várias colocações dos dirigentes empresariais, Bresser ouviu novo apelo: o governo precisa iniciar com rapidez as negociações com os credores, encaminhando os entendimentos no sentido de converter os juros da dívida em investimentos no País, como capital de risco, mas aplicando o mesmo deságio das operações internacionais com papéis brasileiros. De acordo com o presidente da Fiesp, a abertura dos entendimen-

tos depende principalmente de uma sinalização do Brasil, já que os credores têm interesse em resolver a questão, mas é preciso que haja uma regulamentação para isso. A sugestão de Amato foi no sentido de restringir as aplicações em bolsa a 5% do capital convertido, incentivando a aplicação em novos empreendimentos.

Além da dívida e do déficit público, os empresários manifestaram-se contra o aumento de impostos — que "dificultariam novos investimentos" — solicitaram mais crédito e preços mínimos para a agricultura e atenção especial ao endividamento das microempresas.